

A DEFESA DO EMPREGO:
O ECONÓMICO CONTRA O SOCIAL?

Helena Lopes

Outubro 1999

WP n.º 1999/13

DOCUMENTO DE TRABALHO

WORKING PAPER



FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



A DEFESA DO EMPREGO: O ECONÓMICO CONTRA O SOCIAL?

Helena Lopes

WP nº 1999/13
Outubro de 1999

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. OS TERMOS DO DILEMA: TRABALHO, EMPREGO E INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	2
3. DEFENDER O EMPREGO NUMA SOCIEDADE DE MERCADO: CINISMO OU UTOPIA?.....	4
3.1. Será possível e desejável projectarmos uma sociedade “sem trabalho”?.....	4
3.2. Verdadeiros e falsos empregos.....	6
4. A CIÊNCIA ECONÓMICA E A SOCIEDADE DE MERCADO.....	7
4.1. Contra o “preconceito economicista” - Repensar as relações do económico com o social.....	7
4.2. Pôr em causa a <i>auto-regulação da sociedade pelo mercado</i>	8
5. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A POLITICA DE EMPREGO.....	10
5.1. Reconhecer a importância de mecanismos económicos não-convencionais para a socialização	10
5.2. Não pode haver integração económica e social sem revitalização do contexto cultural.....	11
6. CONCLUSÃO.....	12
BIBLIOGRAFIA.....	14

1. Introdução

A luta contra o desemprego está a tornar-se quase obsessiva em muitos países ocidentais. As nossas sociedades confrontam-se com uma contradição de fundo: em nome da criação de emprego, acentua-se o domínio da lógica económica sobre a política e a cultura, o que contribui para destruir as formas de socialização alternativas à socialização pelo trabalho. A “troca económica” está a desestruturar/desmorar em profundidade os processos de socialização que estão na base da coesão, da “sanidade” social no mundo ocidental e que são, para além do emprego, o envolvimento associativo e as solidariedades familiares e de vizinhança.

Em Portugal, o emprego ainda não constitui, por comparação com os nossos concidadãos comunitários, a única actividade portadora de identidade social. Em parte, a sociedade ainda reconhece e valoriza outras modalidades de participação à vida social. Mas a reflexão que se tem desenvolvido nos últimos anos nos países vizinhos pode então assumir para nós um carácter preventivo e representa uma ocasião para agirmos antecipadamente, antes de ouvir entre nós os apelos meio desesperados, meio utópicos, por parte de quem gostaria de travar a onda de fundo de “desumanização” da sociedade.

Essa reflexão mostra que o desemprego – presente e futuro - não resulta só de um desequilíbrio económico passageiro mas resulta também e sobretudo de uma crise estrutural de passagem da mão-de-obra das actividades em declínio para as actividades em expansão. Crise que se traduz por um desajustamento crescente entre as necessidades da economia de mercado e as exigências identitárias dos indivíduos.

Este artigo não discutirá questões técnicas relativas a tal ou tal política de emprego. Intende antes dar conta da maneira como a autora acha que se tem que reflectir sobre uma problemática central das nossas sociedades: Trabalho, emprego e protecção social.

2. Os termos do dilema: Trabalho, emprego e integração social

Nas sociedades salariais, o trabalho passou a assumir três funções essenciais, funções que estão hoje a transformar-se rapidamente:

1.1. A relação do homem com a natureza decorrente da **função de produção - criação de riqueza** do trabalho modifica-se com a evolução da estrutura sectorial do emprego. A terciarização das actividades económicas significa que o trabalho envolve cada vez menos contacto com a terra, a pedra, o metal ou qualquer outro material. Ora, o contacto com a matéria é uma maneira para o ser humano de realizar-se, de conhecer-se. Por isso, uma sociedade sem trabalhadores manuais é uma sociedade mais instável, e o número dos “trabalhadores manuais” está a diminuir a um ritmo muito acelerado nos países ocidentais. A passagem da produção

industrial ou agrícola para os serviços impõe uma transformação profunda das mentalidades, transformação que vai para além de um aumento dos novos conhecimentos técnicos requeridos. As formas de transmissão e aquisição das competências necessárias também se transformam: pode-se aprender a lidar com uma máquina na escola; não se aprende a lidar com os clientes antes de se estar nos mercados.

Por outro lado, as sociedades salariais constituíram-se com base na assimilação do indivíduo a um trabalhador-produtor. Esta ideia, segundo a qual todo o indivíduo é um produtor potencial, transparece nas nossas instituições e representações e é ela que faz com que o pleno-emprego seja considerado como o estado de equilíbrio normal do sistema económico, assim como é a mesma ideia que justifica a ligação entre emprego e sistema de protecção social. Ora, a terciarização da economia reduz a pertinência antropológica e política desta simbiose entre individualismo e productivismo (Perret, Roustang, 1993, p.11).

1.2. A segunda função do trabalho, fonte de **remuneração** e de rendimento do trabalhador, também se está a transformar. A parte dos rendimentos directos do trabalho diminui constantemente. O número de pessoas que auferem rendimentos sem contrapartida produtiva aumentou substancialmente desde o agravamento do desemprego. Vários países da Europa instituíram uma alocação de subsistência ou um rendimento mínimo, para além do subsídio de desemprego. Ora, a ligação entre actividade produtiva e remuneração constitui desde sempre um símbolo de liberdade e de autonomia. Ter um emprego permite aceder pelos seus próprios meios à economia monetária. A desconexão entre rendimento e actividade produtiva levanta o problema do fundamento da autonomia individual. Com efeito, o trabalho económico dá acesso à autonomia na medida em que ele se situa simultaneamente no mundo das relações humanas (socialização) e no mundo da necessidade material, da resposta às necessidades. Assim, a integração pelo emprego é ainda mais importante para os indivíduos menos abastados culturalmente, o que torna problemática qualquer solução não económica ao problema da exclusão.

1.3. Finalmente, terceira função, o trabalho é um meio de **inserção social** e de realização pessoal. Dos cristãos a Gandhi, passando por Kant e Marx, a concepção é a mesma: o trabalho fornece ao ser humano a sua dignidade (Kant fala de “auto-produção da humanidade por ela própria”). Enquanto “animais sociais”, as pessoas precisam de se sentir integradas num grupo para se sentirem existir. Daí que trabalhar tornou-se pouco a pouco sinónimo de estar empregado numa empresa. Na linguagem corrente, quem não tem emprego não trabalha¹.

¹ A distinção entre trabalho e emprego é relativamente consensual: o trabalho, na acepção mais corrente, designa o trabalho económico, ou seja, o trabalho remunerado. Numa acepção mais geral, o trabalho representa toda a actividade humana que tenha uma utilidade social. Por sua vez, o termo emprego designa o enquadramento em que se processa a actividade de trabalho. Ter um emprego significa trabalhar inserido num quadro jurídico contratual, ter acesso a uma certa estabilidade económica, à protecção social, à formação e promoção profissional, etc.

Estabelece-se então uma ligação entre trabalho/emprego, inserção social e autonomia. Se a falta de emprego é vivida como uma exclusão ou marginalização social, o fenómeno tem mais a ver com esta função do trabalho do que com as outras duas. O trabalho qualifica o trabalhador como indivíduo social, capaz de fornecer uma dada função e utilidade social. Em síntese, o trabalho confere *cidadania económica*.

Em suma, a “integração pelo económico” está em crise, crise que resulta de uma multiplicidade de fenómenos : terciarização da economia, modificação da lógica de criação de empregos, evolução das qualificações e do seu reconhecimento social, transformação dos processos de socialização profissional e da dinâmica dos conflitos sociais, etc. Mas existem alternativas à integração social que não passem pelo trabalho/emprego?

3. Defender o emprego numa sociedade de mercado: cinismo ou utopia?

3.1. Será possível e desejável projectarmos uma sociedade “sem trabalho”?

Temos recentemente assistido ao relançamento de alguns dos temas dos anos 70, entre os quais a crítica do produtivismo. De facto, a orientação fundamental das sociedades modernas é o crescimento sem fim da produção e do consumo. Não se trata de uma opção deliberada ou discutida por quem quer que seja, trata-se de uma norma que se impõe a todos. A força da perspectiva económica assenta no facto de permitir evitar todo o debate sobre as finalidades e baseia-se na ideia não-discutida de que a satisfação das necessidades individuais constitui um objectivo legítimo e suficiente para a sociedade, e que a maneira de satisfazer essas necessidades é de produzir mais. Ora, estes postulados são altamente criticáveis e, se produzir mais não é um bem em si, a extensão indefinida do trabalho remunerado também não deve ser considerada como um bem em si. Em vez de lutar pelo emprego, seria melhor “desencantar o trabalho” (acabar com o seu mito) e lançar-se num projecto de sociedade que tenha como objectivo uma relação do ser humano com ele próprio, com os outros e com a natureza, baseado na humanidade do ser humano e não na troca mercantil. Levada até ao fim, a lógica desta análise desemboca na proposta² do “rendimento de cidadania” ou da “alocação universal”, numa reconciliação da economia e da sociedade.

No entanto, o “fim do trabalho” tem tanto de utopia como de resignação. De facto, o perigo desta abordagem é o de ser um consentimento fatalista do desemprego. Pretende-se desenvolver a “multiplicidade das actividades humanas” para não ter que tratar da questão da criação de empregos. Ora, aumento da produtividade, abrandamento do crescimento económico e diminuição do emprego não estão fatalmente ligados (ver experiência dos Estados Unidos,

² Esta proposta tem sido amplamente debatida nos últimos anos, aos mais diferentes níveis : desde os seus pressupostos filosóficos à sua praticabilidade, trata-se de uma questão particularmente complexa. A sua discussão pública é extremamente importante na medida em que obriga a escolhas económicas e sociais fundamentais. Todavia, não pretendemos neste texto abordar os termos deste debate.

entre outras). Qualquer que seja o lugar do trabalho a longo prazo, em termos de evolução de civilização, a separação institucionalizada do trabalho e do rendimento não parece ser a solução para já. Tarefa mais urgente é a de uma reorganização social do sistema de emprego e da determinação de novos mecanismos de integração social, recusando o divórcio subsidiado entre o económico e o social. Por enquanto, não se sabe substituir a capacidade estruturante que tem o emprego para os indivíduos e para a colectividade. As consequências morais e psicológicas de uma existência ociosa, não estruturada por obrigações são muito negativas.

Assim, uma política que se limita a criar empregos para criar mais riqueza monetária é insatisfatória. Associa-se a redução do desemprego ao crescimento económico, assim como se associa a inserção ao emprego. Ora, apesar de serem óbvias, estas soluções são insuficientes. A obsessão em criar empregos sobrepõe-se à reflexão mais global sobre uma outra organização da vida social. A política do nível de vida é uma solução de curto prazo e privilegia as procuras individuais de soluções e um crescimento sem atenção para os custos em termos de ambiente.

Como já dissemos, ao longo dos dois últimos séculos estabeleceu-se uma ligação entre trabalho, emprego, inserção social e autonomia. Mas essa ligação, apesar de constitutiva das sociedades salariais, não é suficiente, em exclusivo, para assegurar a integração social. Existe a percepção de que, multiplicando-se os espaços de integração social (empresa, família, bairro...) e as fontes de identidade (profissão, educação, militância, artes e cultura), alarga-se o campo da liberdade pessoal. Um único lugar de inserção é rapidamente pressentido como uma prisão para os indivíduos. O trabalho remunerado liberta o indivíduo dos laços de dependência e de pertença que regem a esfera microsocial ou privada. Esta, por seu lado, liberta o indivíduo da alienação e das condicionantes de um trabalho vivido muitas vezes como impessoal e anónimo. Assim, trabalho e actividades microsociais completam-se reciprocamente e libertam-se mutuamente.

Na medida em que o emprego garante simultaneamente a autonomia pessoal e a integração social, percebe-se a obstinação em reinserir os excluídos e em favorecer a criação de empregos. Mas quais são os empregos que têm sido criados?

3.2. Verdadeiros e falsos empregos

Com efeito, toda a problemática acerca das funções sociais do emprego supõe que este desempenhe, de facto, essas funções. Ora, o facto de ter trabalho ou, em certos casos, emprego, não chega para garantir a integração profissional, se se entender por integração um processo gerador de identidade, de estatuto e de implicação/envolvimento pessoal. Basta referir alguns fenómenos, a título ilustrativo: a proliferação dos contratos a termo certo, dos falsos

independentes, do trabalho temporário, do subemprego visível ou invisível; para além dos desempregados “escondidos” atrás das medidas das políticas de emprego e formação, atrás das medidas para diminuir a oferta de trabalho (reformas antecipadas), atrás dos indicadores oficiais do emprego/desemprego (desencorajados, tempo parcial involuntário, aumento do emprego na agricultura, entre outros).

Como se costuma dizer, as empresas têm procurado trabalho mas não têm oferecido empregos. Temos, por um lado, um aumento do número de trabalhadores com empregos precários e, por outro lado, trabalhadores estatutariamente protegidos praticamente para toda a vida. Isto demonstra a dificuldade das nossas sociedades em distribuir equitativamente o custo da flexibilidade necessária à competitividade. A nossa sociedade está, sem a mínima dúvida, a ficar cada vez menos solidária e cada vez mais injusta. Desde os anos 80, as políticas económicas de inspiração liberal traduziram-se na diminuição dos rendimentos do trabalho no rendimento total e por uma maior dispersão dos salários entre os sectores e as profissões.

A evolução do pensamento económico e das relações de força entre o trabalho e o capital andam associadas. Se o trabalho deixa de ser um valor em si para passar a ser um sub-produto da criatividade dos empresários, é forçoso que estes reivindiquem uma maior liberdade de fixação dos salários. Inverteu-se assim a tendência, nos últimos anos, de um contrato social baseado numa certa solidariedade instituído progressivamente após a Segunda Guerra Mundial. Os debates acerca do nível demasiado elevado de alguns salários mínimos na União Europeia são elucidativos desta regressão social. O trabalho é cada vez mais uma mercadoria cujo valor é medido cada vez mais exclusivamente pelo dinheiro que rende. Desde há alguns anos, as disparidades salariais voltaram a aumentar, de forma a ficarem supostamente mais próximas das produtividades reais.

Este retorno em força da ideologia liberal constitui, em nosso entender, um verdadeiro retrocesso ao nível político e cultural.

4. A ciência económica e a sociedade de mercado

4.1. Contra o “preconceito economicista” - Repensar as relações do económico com o social

A questão do emprego e do papel do trabalho nos processos de socialização desemboca mais profundamente numa crítica da secundarização da cultura e da política em relação ao económico, o qual aparece assim como o ditador da História.

No entanto, a crítica da hegemonia da economia na nossa sociedade e a denúncia dos perigos de desintegração social não devem fazer esquecer que a economia de mercado está indissolúvelmente ligada aos valores fundamentais do individualismo e da democracia. As

trocas monetárias e o trabalho económico estão profundamente associados às liberdades políticas. A crítica do produtivismo não deve subestimar as funções antropológicas e políticas do trabalho e da troca. Por detrás da afirmação da autonomia do produtor individual, presente em Smith mas sobretudo em Marx, está mais ou menos explícita uma transposição da ideia de liberdade moral à existência material. Mas fazer do económico um código legítimo e auto-suficiente de regulação das relações sociais (Perret, p. 51) parece ter sido uma necessidade histórica que pode hoje voltar a ser posta em causa. O individualismo produtivo é um mito, cada vez menos conforme à realidade do funcionamento da economia e da sociedade. Hoje, é a cultura e a organização que tornam possíveis formas de cooperação cada vez mais complexas. Mas esse mito permanece e é ele que dá à ideologia liberal a sua coerência. O marxismo e o liberalismo têm as mesmas raízes filosóficas: a identificação do indivíduo social ao produtor, identificação que está precisamente – em causa - no coração das mutações económicas e sociais actuais. Estamos assim a ser vítimas de um “preconceito economicista” do qual importa hoje, mais do que nunca, tomar consciência.

4.2. Pôr em causa a *auto-regulação da sociedade pelo mercado*

A sinergia entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social esgotou-se, pelo menos por enquanto. O crescimento sem limites da economia está a destruir o tecido social tão seguramente quanto o meio ambiente. Em meados deste século, Polanyi, no seu livro “A Grande Transformação” mostrou como a instituição progressiva do liberalismo económico, que ele assimila ao mercado auto-regulador, foi destruindo a coesão social ao ponto de “retirar ao homem a sua humanidade”. A especificidade do liberalismo é precisamente de ter distinguido, pela primeira vez na história da humanidade, o económico e o social. Polanyi mostrou como a cada progresso económico do capitalismo correspondeu uma destruição social, sendo esta divergência o produto da desintegração do económico em relação ao social e da sua autonomização. O lugar hegemónico que o mercado adquiriu não resultou de nenhuma “lei natural”, ao contrário do que a ciência económica dominante sempre afirmou, mas resultou de intervenções governamentais e legislativas implementadas ao longo de séculos.

Esta “naturalização” de um funcionamento económico assente no mercado concorrencial constitui, em nosso entender, a maior vitória da ideologia liberal. Legitimando-se em grande parte na concepção do *homo economicus*, o movimento para o mercado concorrencial adquiriu o balanço irresistível de um processo da Natureza (Polanyi, 1983). Passou-se então a acreditar – e o desmembramento das economias planificadas aparece como uma espécie de legitimação histórica desta ideia - que o mercado auto-regulador decorre de leis inexoráveis e universais, que ele constitui uma necessidade inelutável e, portanto, que o mercado tem que ser libertado de qualquer obstáculo. Em relação ao mercado do trabalho, Polanyi afirma que a sua criação constitui “um acto de viviseção praticado no corpo da

sociedade por aqueles que se endureceram com a tarefa graças à segurança que só a ciência [económica] pode dar”.

Este “desejo de fazer ciência”³ e de encontrar leis universais de funcionamento económico explica porque é que tantos economistas se “esqueceram” que a noção de ciência social integra necessariamente uma dimensão crítica e histórica. Assim, a autonomia da ciência económica baseia-se, pois, na ideia de *auto-regulação da sociedade pelo mercado*.

Uma das teses de Polanyi é que o sistema de mercado transformou violentamente a visão do homem e da sociedade, e é essa visão deformada que impede de resolver os problemas do século XX – os problemas da civilização capitalista. De facto, a mundialização da economia parece ter fixado limites cada vez mais estreitos ao imaginário social, ao ponto de muito poucos acreditarem hoje que “outro mundo é possível”⁴. Polanyi analisou o capitalismo à luz de certas sociedades ditas primitivas e insiste sobre um ponto: nessas sociedades não existe o princípio da procura do lucro, nem o do trabalho remunerado, nem tão pouco o princípio do menor esforço. Ao longo dos últimos dois séculos, passou-se de uma situação em que a economia estava encastrada nas relações sociais para uma situação em que são as relações sociais que estão (en)castradas no sistema económico. Assim, uma economia de mercado só pode funcionar dentro de uma sociedade de mercado e a sociedade passou a ser gerida como auxiliária do mercado. Mas esta situação, vale a pena repeti-lo, não tem nada de “natural” nem de universal e importa hoje, contra o pensamento único, tentar voltar a um pensamento livre.

5. Algumas reflexões sobre a política de emprego

5.1. Reconhecer a importância de mecanismos económicos não-convencionais para a socialização⁵

No fundo, muitos pensam que o desemprego deve-se principalmente a uma formação insuficiente dos desempregados⁶, donde os esforços em matéria de formação ou de inserção através das acções de formação-emprego, por exemplo. Mas as soluções pertinentes para alguns não o são para todos. Os estágios e as formações constituem por vezes rupturas - e incompatibilidades - com a permanência de práticas que permitiram a muitos indivíduos organizarem a sua sobrevivência económica e a sua vida social. No fim de uma formação, algumas pessoas podem sentir-se ainda mais perdidas do que antes. Tem portanto que se ter a

³ Título de um artigo de Frédéric Lordon, em “Actes de la Recherche en Sciences Sociales”, Setembro de 1997.

⁴ Título de um número da publicação “Manière de Voir”, revista que agrupa artigos publicados no Le Monde Diplomatique sobre determinados temas.

⁵ Os parágrafos que seguem foram inspirados de Perret, Roustang, 1993, p.219 e seguintes.

⁶ Veja-se a moda acerca do conceito de “empregabilidade”, por detrás do qual está uma ideia implícita de que os desempregados não estão a trabalhar porque não são “empregáveis”. Ou seja, transfere-se para as pessoas a responsabilização desta sua situação económica.

coragem de reconhecer que as soluções tradicionais, inserção profissional ou formações clássicas, podem ser ineficazes e servir só para manter na ilusão que se está a progredir na solução do problema.

Uma das alternativas possíveis é o desenvolvimento de actividades de inserção económica, mas que fiquem ao lado do campo da economia tradicional, assumindo despreconceituadamente que certos trabalhadores têm uma probabilidade fraquíssima de encontrar emprego no quadro dos requisitos actuais do mercado de trabalho. Certos autores referem a experiência de “quintas para desempregados” em que estes trabalham na agricultura para autoprodução mas também para venda, ou outras actividades de vizinhança ou informais, todas actividades que saem fora da lógica da rentabilidade económica formal⁷ (por vezes recorrendo até em parte a trocas não-monetárias), mas que contribuem para reduzir a precaridade e a dessocialização... se forem incentivadas e consolidadas no contexto de um programa de prevenção socioeconómica e de desenvolvimento social.

Este tipo de soluções é muitas vezes acusado de fomentar um aprofundamento do dualismo social. Ora, pelo contrário, trata-se de recusar a exclusão, de recusar a clivagem entre os “produtivos/empregáveis” e os outros, condenados ao estatuto de assistidos, trata-se de imaginar toda uma série de situações intermédias. Aqui vale a pena referir que muitas das propostas dos autores do Norte da Europa existem – ou persistem - em Portugal onde são frequentemente consideradas como “atrasos” face à “modernidade”.

5.2. Não pode haver integração económica e social sem revitalização do contexto cultural

“Na realidade, uma calamidade social é, antes de mais, um fenómeno cultural e não um fenómeno económico que se possa medir por indicadores de rendimento ou estatísticas demográficas... indicadores que servem para ocultar a calamidade social”. Também esta afirmação de Polanyi, relativa ao “cataclismo social” provocado pela Revolução Industrial, conserva toda a pertinência. Pertinência face às tragédias pessoais vividas pelos desempregados na Europa, mas pertinência também para designar a destruição dos contextos culturais de certas camadas da população portuguesa. Polanyi continua: “o processo económico pode naturalmente ser o veículo da destruição ...mas a causa da degradação é a desintegração do ambiente cultural da vítima..., a ferida mortal praticada nas instituições em que a sua existência fazia sentido... O resultado é que a pessoa já não se respeita a ela própria e perde os seus critérios morais”. O

⁷ Vários autores franceses dão o exemplo das hortas que começaram a desenvolver-se já há alguns anos à volta de certas grandes cidades. Perante a crítica avançada de que estas actividades constituem uma concorrência desleal à agricultura formal, a resposta merece ser meditada: será que só se pode produzir onde a produtividade é máxima? Chegará o dia em que se proibirá às famílias de cozinhar para as obrigar a ir ao restaurante? Estas reflexões mostram bem a perversidade da lógica economicista actual, suposta ser a única viável e até a única a permitir atingir o “ótimo social”.

“preconceito economicista” impede de ver que não é a exploração económica mas a desintegração cultural que causa a degradação, a apatia e a resignação humana.

Assim, a luta contra a pobreza e a exclusão tem que ser concebida em termos de desenvolvimento social e de mutações culturais e não só em termos de transferência da riqueza. A avaliação feita em França do Rendimento Mínimo de Inserção mostrou que os excluídos pretendem trabalhar, a necessidade de trabalhar não se reduz à necessidade de ganhar dinheiro. A instituição de um “rendimento de existência” dado sem contrapartidas não resolve o problema: a questão social não se reduz a um problema de justiça redistributiva. Não há democracia possível sem a participação de todos à troca social, e o trabalho económico é uma componente essencial dessa troca, para muito tempo ainda. No entanto, como já foi dito, a necessidade de socializar pelo trabalho não pode servir de justificação para um crescimento ilimitado do consumo para criar empregos, porque uma produção justifica-se pela sua utilidade social. Por outro lado, o imperativo ecológico abona no mesmo sentido. A partilha do trabalho aparece como uma evolução inevitável a longo prazo, e o aumento o mais rápido possível da produtividade não pode ser considerado como um bem em si. Assim, tem que se procurar e legitimar formas de integração, outras que profissionais, tem que se distinguir criação de empregos e crescimento económico. Mas a legitimação dessas formas supõe a redução do fosso que existe entre a economia formal e a economia não-formal, por exemplo, ou a revalorização de formas não clássicas de trabalho e de troca económica (serviços de proximidade...).

O Estado fica então incumbido de novos papéis: o de intervir para favorecer a emergência de “actores colectivos” (iniciativas de ajuda aos excluídos e outras actividades sociais), e para promover as solidariedades comunitárias e a produção de novos valores e normas culturais. Fala-se de “Sociedade Providência” e do potencial da sociedade portuguesa em termos de iniciativas locais. Mas toda esta actividade tem que ser apoiada e estimulada pelo Estado e tem que se inserir numa perspectiva lata de mudança social (...e de um outro projecto político?).

6. Conclusão

Continuar com uma concepção rígida das relações entre a economia e a sociedade acarreta sérios riscos, em particular o de proibir a possibilidade de formas de participação à vida social baseadas em novos equilíbrios entre o trabalho remunerado e outras actividades.

Se os movimentos sociais da era industrial se constituíram à volta dos interesses dos trabalhadores, os movimentos que hoje são necessários têm a ver com a revitalização das sociabilidades de proximidade e, mais geralmente, com a protecção da natureza, da cultura e da

vida democrática contra as “condicionantes” da economia. “A exclusão é para a sociedade de amanhã o que a questão operária foi para a sociedade de ontem. Tem que se deixar de a considerar como uma questão caritativa ou humanitária e transformá-la num conceito político, ou seja, num conceito de luta. Ver-se-á então que ela não se combate como se combatia a exploração porque ela requer uma implicação muito mais pessoal e uma exemplaridade moral muito mais forte” (Foucauld, Piveteau, 1995). Talvez sejam estas as condições que são, de facto, difíceis de reunir e aceitar, mais ainda do que encontrar soluções “económicas” Está também em causa a legitimidade da abundância como projecto social: o bem-estar social não resulta mecanicamente da maximização das funções de utilidade individuais.

Nas sociedades democráticas, a consciência colectiva dos problemas é a primeira condição da mudança social, as reformas só se tornam possíveis quando elas correspondem a esquemas de pensamento familiares. É então particularmente importante tentar “abandar” as representações colectivas da economia e da sociedade, de modo a que um projecto político possa progressivamente emergir e tomar forma. A crise do emprego está associada à crise do laço social e à crise do sentido, crise de uma sociedade que já não consegue criar para ela própria objectivos individuais e colectivos mobilizadores.

Bibliografia

Perret Bernard, Roustang Guy (1993): “L'Économie contre la société”, Collection Esprit, Éditions du Seuil, Paris.

Polanyi Karl (1983 – tradução francesa): “La Grande Transformation”, Éditions Gallimard, Paris.

Foucauld Jean-Baptiste de, Piveteau Denis (1995): “Une société en quête de sens”, Éditions Odile Jacob, Paris.